

VESTÍGIOS EM PIERRE BOURDIEU PARA O CONCEITO DE CULTURA CIENTÍFICA

Marcilio José de Sousa Costa¹

RESUMO

O conceito de cultura científica tem sido relacionado à atividade de divulgação científica em pesquisas na área de comunicação. Percebe-se, entretanto, que seu uso não costuma ser relacionado a um suporte sociológico, dificultando a abordagem sobre sua função social. Este trabalho – elaborado no percurso de disciplinas do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe – traça um panorama de algumas das bibliografias citadas nas pesquisas da área, estabelecendo uma relação com alguns elementos da teoria de Pierre Bourdieu. A análise aponta conflito nas tentativas de conceituar a cultura científica, gerando uma dispersão que resulta em duas questões: “a cultura científica corresponde à compreensão da ciência por parte da população”; e “a cultura científica é a relação entre o campo científico e a população, em uma troca de bens simbólicos sob influências do meio social”. A correlação com Bourdieu sugere que a segunda dessas abordagens pode ser enquadrada em sua teoria a respeito do campo científico. Empreende-se, baseando-nos em Bourdieu, que a divulgação científica não seja instrumento capaz de influenciar, já que ela parte do interior do campo científico e este depende de sua capacidade de retraduzir as pressões externas.

Palavras-chave: Cultura Científica; Divulgação Científica; Campo Científico; Capital Cultural; Cultura.

INTRODUÇÃO

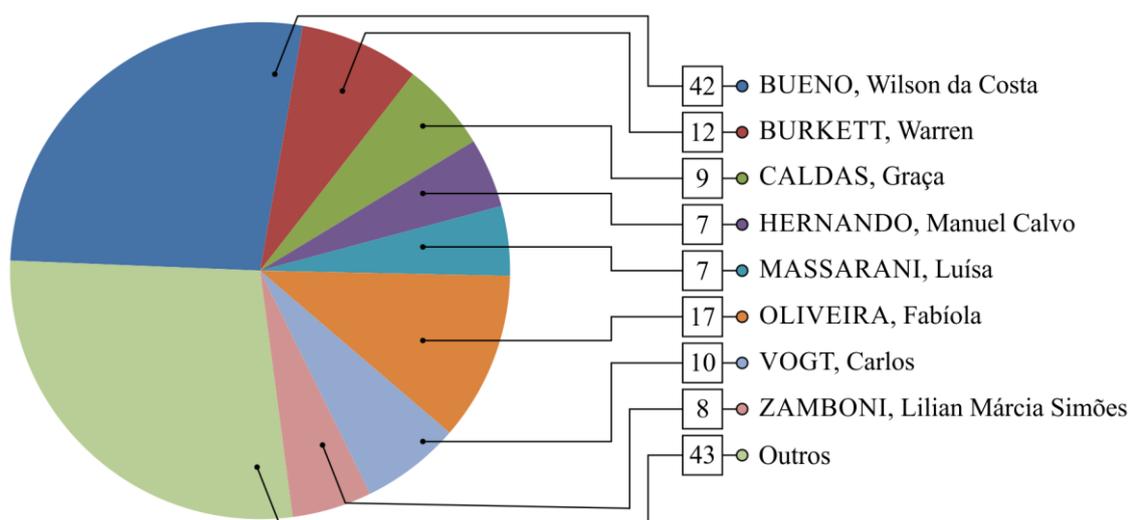
Este artigo é parte da avaliação da disciplina Teorias do Campo da Comunicação, componente curricular do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É também um instrumento de aprofundamento teórico para o desenvolvimento da dissertação do curso. Trata-se de uma modesta investida sobre o conceito de cultura científica, buscando um referencial teórico minimamente consistente para o decorrer da pesquisa de mestrado.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: marciliocosta@gmail.com

Durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa a ser desenvolvido no mestrado, nos deparamos com a pouca consistência teórica no uso do termo cultura científica na literatura a que tivemos acesso, sobretudo relacionando-o a definições mais abrangentes sobre cultura. Por isso, para este trabalho, decidimos selecionar um referencial bibliográfico que busque explicar a cultura científica, discutindo, com base em outras bibliografias, sua possível correlação a um aparato conceitual sobre a cultura sob uma perspectiva mais ampla.

Visando à produção de um artigo de revisão para a disciplina de Seminários Avançados sobre Cultura, Economia e Política da Comunicação, realizamos um levantamento sobre o panorama das pesquisas publicadas nos congressos nacional e regional da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), a respeito dos temas “divulgação científica”, “jornalismo científico”, “midiatização da ciência” e “cultura científica”. Além dos dados da produção científica, identificamos as bibliografias referenciadas em cada um dos temas procurados. A busca envolve as publicações dos congressos nacionais e regionais durante os anos de 2012 a 2016, utilizando como critérios de busca as palavras-chave *Divulgação Científica*, *Jornalismo Científico* e *Cultura Científica*.

Gráfico 1 – Autores referenciados nas pesquisas publicadas nos congressos Intercom



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos resultados do banco de trabalhos da Intercom

No que se refere ao conceito de cultura científica, apenas um dos autores mais citados, de acordo com o Gráfico 1, aborda o tema de forma conceitual e crucial: Carlos Vogt. Então, para este trabalho, definimos como referencial teórico o referido autor, através de dois artigos que introduzem duas publicações: Vogt (2006) e Vogt (2011). Objetivando aumentar a abrangência da conceituação de cultura científica, adotamos ainda dois outros autores também citados – embora em menor escala – nos trabalhos identificados no levantamento acima: Porto (2011) e Lévy-Leblond (2006).

Uma parte deste trabalho traz a tarefa de relacionar os autores, identificando os elementos que definem o conceito de cultura científica, buscando esboçar um paralelo entre tais definições e um determinado suporte teórico sobre cultura. Para este desafio, utilizaremos os escritos de Pierre Bourdieu, através de seu enunciado sobre os usos sociais da ciência (BOURDIEU, 2004), com uma breve análise a respeito da troca de bens simbólicos (BOURDIEU, 2005).

CULTURA CIENTÍFICA: CONCEITOS E DISPERSÕES

Os artigos selecionados para esta análise interagem em muitos aspectos em relação à conceituação da cultura científica. Inclusive ocorrendo, eventualmente, citações entre eles. Por isso, não os discutiremos um a um, mas apresentaremos os conceitos convergentes ou divergentes entre eles, descrevendo, ao final, um panorama da construção teórica da cultura científica por esses autores.

Identificamos uma convergência conceitual mais definida entre Porto (2011) e Vogt (2006 e 2011), enquanto Lévy-Leblond (2006) destoa deles em alguns pontos, mesmo havendo uma concordância basilar. As convergências serão, então, apresentadas inicialmente. Os artigos não definem de onde e desde quando é utilizado o conceito de cultura científica, mas evidenciam que ele ainda está em construção. Isso pode ser verificado na dispersão de elementos presentes nos textos, os quais algumas vezes parecem estar em contradição.

Para clarear a compreensão dos conceitos apresentados, os dividimos em três premissas:

- a) A cultura científica é o estado de familiarização e compreensão do público para com a ciência;

- b) A cultura científica diz respeito não apenas à compreensão, mas também ao posicionamento crítico do público para com a ciência;
- c) A cultura científica pode ser fomentada pelas instituições.

Alfabetização científica *versus* cultura científica

Antes de dizermos o que é cultura científica, é importante destacar o que ela não é, de acordo com este estudo. Assim como a cultura organizacional, a cultura científica pode definir o conjunto de características e comportamentos de uma categoria profissional ou de uma instituição. Para delimitar o conceito, Vogt (2011, p. 8-9) descreve três possibilidades de sentido da cultura científica: Cultura da ciência; cultura pela ciência; e cultura para a ciência. Esta terceira possibilidade se refere ao que se trata neste trabalho e nas abordagens da literatura aqui utilizada, afinal, como aponta Vogt, a cultura para a ciência se posiciona como a “cultura voltada para a produção da ciência” e a “cultura voltada para a socialização da ciência” (Ibid., p. 9).

O termo cultura científica passou a ser utilizado em detrimento de expressões como “alfabetização científica” ou “vulgarização científica”, que concebem a difusão da ciência como uma relação entre os cientistas detentores do conhecimento e o público leigo, destituído de saberes. Ele traz, no seu campo de significações,

a ideia de que o processo que envolve o desenvolvimento científico é um processo cultural, quer seja ele considerado do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares ou na dinâmica social do ensino e da educação, ou ainda, do ponto de vista de sua divulgação na sociedade. (VOGT, 2006, p. 24)

Segundo Porto (2011, p. 109), “os públicos da ciência e da tecnologia não representam folhas em branco. São, na verdade, dotados de um repertório cultural, que influenciam todo e qualquer processo de aprendizagem”.

Vogt criou o termo espiral da cultura científica como uma relação de fatos e acontecimentos institucionais coincidentes no tempo e que, metafórica e simbolicamente, se dispõe em movimento espiralado e com continuidade permanente (VOGT, 2011, p. 10).

Figura 1 – A Espiral da Cultura Científica



Fonte: VOGT (2011, p. 10)

De acordo com o autor, o conhecimento científico é produzido na etapa I (onde ocorre a comunicação científica, ou seja, a difusão das informações intrapares), difunde-se na etapa II através do sistema de ensino, percorre a etapa III, por meio de iniciativas voltadas a públicos específicos, mas já ultrapassando o ambiente escolar, e expande na etapa IV, onde o público é amplo e heterogêneo. Ainda segundo Vogt, o percurso descrito não é finalizado na etapa IV, pois o conhecimento não se esgota, ele retorna ao ponto inicial, “mas a um ponto alargado de conhecimento e de participação da cidadania no processo dinâmico da ciência e de suas relações com a sociedade, abrindo-se com a sua chegada ao ponto de partida” (VOGT, 2011, p. 11).

A espiral que explicaria a cultura científica na sociedade traz, então, elementos que posicionam o conhecimento científico como um saber que circula na sociedade. Os cientistas levariam o conhecimento à população e esta responderia com o interesse e a compreensão em relação à ciência, afinal, “o projeto fundamental e histórico da divulgação das ciências e das tecnologias” seria “aproximar, compartilhar e estimular” (VOGT, 2006, p. 20).

Progredindo neste mesmo caminho, Porto questiona “como o conhecimento científico sai dos seus domínios de produção e chega à população?”, concluindo: “Cabe à divulgação científica o papel de tornar a ciência um conhecimento acessível a todos os indivíduos” (PORTO, 2011, p. 104).

Embora os autores enalteçam, a partir da adoção do termo cultura científica, o rompimento com a ideia de um público desinformado e uma ciência detentora dos saberes, essa concepção permanece inerente a vários elementos presentes em seus textos. É verdade que em outros tantos conceitos e argumentos eles defendem a criticidade e os fatores políticos e sociais entremeados à ciência, argumentos a serem discutidos no próximo tópico. Porém, antecipamos aqui os posicionamentos iniciais de Jean-Marc Lévy-Leblond (2006).

O pesquisador francês abdica da abordagem da cultura científica sob o viés de “alfabetização científica” já em primeira instância.

Em primeiro lugar, como mostra claramente a expressão “percepção pública” (*public understanding*), agimos como se o problema estivesse meramente relacionado à compreensão do conhecimento. Em outras palavras, queremos acreditar que, se o público não aprova ou não apoia o desenvolvimento da ciência, como ocorria no passado, isto se deve ao fato de que não a compreende. Entretanto, talvez devêssemos mais sabiamente admitir que a questão não é o conhecimento, e sim o poder. (Lévy-Leblond, 2006, p. 31)

É importante que seu posicionamento seja colocado aqui neste tópico, porque tal postura considera que de nada valem estratégias para a difusão do conhecimento científico. Para ele, a questão a ser considerada se refere à possibilidade de democratizar as decisões sobre as políticas científicas e tecnológicas, e “ao destacar essa questão essencialmente política, ultrapassamos o âmbito da ‘percepção pública da ciência’ (*public understanding of science*), pois o problema não está apenas em compartilhar o conhecimento, mas, em primeiro lugar, em compartilhar o poder” (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 31).

Conclusões semelhantes são compartilhadas por Vogt e Porto, porém, em segundo plano, as quais serão discutidas no tópico a seguir, correspondente à premissa (b), apresentada no início do desenvolvimento deste trabalho.

Ciência, sociedade e suas relações

Neste tópico, começamos por discutir o trabalho de Porto (2011), já que se trata de um artigo que experimenta uma revisão bibliográfica sobre a cultura científica. Após discorrer sobre a cultura no âmbito das políticas públicas, a autora elenca definições de cultura por autores clássicos, como Durkheim, Max Weber, Malinowski, entre outros. A discussão, porém, não se dá relacionando e questionando as correntes defendidas pelos teóricos, mas, tão somente, citando os conceitos diversos sobre cultura. Dessa forma, não nos debruçaremos nas referências citadas por ela sobre o tema, nos atendo ao argumento em que a autora conclui a citação dos teóricos da sociologia e estabelece uma conexão desses conceitos com a cultura científica:

A ideia que norteia parte dos estudos sobre cultura considera que a partir de sua dupla função de orientadora e tradutora de processos comunicativos, materializados em múltiplos sistemas simbólicos, convicções e valores, ela porta-se em constante transformação. As interlocuções teóricas sobre cultura demarcam, transparentemente, uma propensão a entendê-la como uma construção de um saber coletivo produzido por processos cognitivos e comunicativos diferenciados, em função dos quais os indivíduos definem as esferas que são denominadas de realidade. (PORTO, 2011, p. 96)

A conclusão da autora não estabelece uma filiação teórica, no que diz respeito a um aparato sociológico, para a discussão proposta sobre a cultura científica. Mantivemos, então, o desafio preliminar deste artigo, qual seja analisar os elementos apresentados nos trabalhos estudados acerca da cultura científica, correlacionando-os à teoria de Pierre Bourdieu. Por outro lado, para este tópico, destacamos uma premissa na citação acima, que é o entendimento da cultura como construção de um saber coletivo. Os autores com os quais trabalhamos nos trazem elementos teóricos – a respeito da relação da ciência com a sociedade – que partem do norte apontado pela assertiva assinalada.

Justamente em Porto (2011, p. 99), por exemplo, concebe-se que “no lastro das discussões e diálogos acerca da cultura e seus desdobramentos, visualiza-se o surgimento de mais uma linha nesta urdidura, trata-se da cultura científica”. Isto é, se a cultura se situa na construção de um saber coletivo, a cultura científica também enquadra-se nesta definição.

Na mesma sintonia, Vogt também posiciona a cultura científica como responsável pelo “estabelecimento das relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais de seu tempo e de sua história” (2006, p. 25). Assim como a define como um tipo particular de cultura, “constituído pelo conjunto de fatores, eventos e ações do

homem nos processos sociais voltados para a produção, a difusão, o ensino e a divulgação do conhecimento científico” (VOGT, 2011, p. 7).

Outro elemento a ser destacado é o ingrediente da atuação política na relação entre ciência e sociedade.

Entre todas as análises expostas até aqui sobre esse intrincado e dinâmico fenômeno da cultura científica, entre os mais diferentes estudiosos da comunicação é praticamente unânime a conexão entre o conhecimento, e em especial o conhecimento científico, e a atuação política. (PORTO, 2011, p. 109)

Tem-se aqui, então, uma ponte entre a autora e Lévy-Leblond (2006), no que diz respeito ao posicionamento da cultura científica como uma instância política na sociedade. Pois, como discutimos no tópico anterior, o autor francês coloca as situações de poder como ponto de partida para discutir a cultura científica. Ele defende ainda que a organização do trabalho intelectual evoluiu repetindo, “com os mesmos resultados, o que aconteceu anteriormente no desenvolvimento da indústria: especialização, fragmentação, hierarquização” (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 41). Esta perspectiva coloca a cultura científica como influenciada pelo contexto socioeconômico, aproximando, ao menos neste aspecto, ao direcionamento teórico de Bourdieu, a ser apresentado adiante.

Divulgação científica para a promoção da cultura científica

A terceira premissa (c) a respeito da cultura científica, conforme sugerimos inicialmente, diz respeito à possibilidade de promoção da cultura científica através da divulgação científica e/ou outras atividades. Isto é, para os autores aqui discutidos a cultura científica é uma entidade, uma matéria que pode ser difundida na sociedade e, por conseguinte, aqueles indivíduos que não a possuem podem, então, adquiri-la.

Trazemos de volta a citação de Vogt, transcrita anteriormente, onde ele discorre que o termo cultura científica concebe, no seu campo de significações,

a ideia de que o processo que envolve o desenvolvimento científico é um processo cultural, quer seja ele considerado do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares ou na dinâmica social do ensino e da educação, ou ainda, do ponto de vista de sua divulgação na sociedade. (VOGT, 2006, p. 24)

Para ele, a cultura científica está diretamente ligada à difusão da ciência, seja entre os cientistas (comunicação científica), seja na sociedade (divulgação científica). Ademais, em seu conceito a respeito da espiral da cultura científica, Vogt expõe, definitivamente, que a cultura científica é construída a partir da produção e difusão do conhecimento, a partir das instituições formais responsáveis pelo saber acadêmico.

Tanto para Vogt, quanto para Porto, a divulgação científica é responsável pela constituição da cultura científica para a difusão do conhecimento:

Os eventos, como as feiras, os museus, os prêmios e as premiações, e os textos, as revistas, os jornais, enfim, a divulgação da ciência de uma forma geral, apresenta um papel de motivação e de mobilização da sociedade para o amor da ciência e do conhecimento, nos constituindo, não necessariamente como profissionais, mas como amadores da ciência. (VOGT, 2011, p. 13)

Como o conhecimento científico sai dos seus domínios de produção e chega à população? Cabe à divulgação científica o papel de tornar a ciência um conhecimento acessível a todos os indivíduos. (PORTO, 2011, p. 104)

Lévy-Leblond, por sua vez, como dissemos, não concebe como primordial o debate sobre a divulgação científica, já que a problema não está em compartilhar o conhecimento, mas, sobretudo, em compartilhar o poder. O autor, entretanto, vai além. Para ele, sequer existe uma chamada “cultura científica”.

Em outras palavras, o que quero dizer é que hoje não mais existe uma “cultura científica”. O problema é muito mais grave do que o acarretado por uma simples busca de meios mais eficientes para a difusão de uma cultura científica, suposto apanágio dos cientistas e que precisa apenas ser transmitida ao público leigo. O problema está na (re)inserção da ciência na cultura, e isso requer uma profunda mudança do próprio modo de fazer ciência. (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 33)

Para concluir o tópico, trazemos uma situação conclusiva de Lévy-Leblond, que poderá ser útil para construirmos uma ligação entre o que foi discutido até aqui e os investimentos teóricos de Bourdieu, tema da parte final do desenvolvimento deste artigo.

Em outras palavras, acredito que o objetivo da divulgação científica não pode mais ser pensado em termos de transmissão do conhecimento científico dos especialistas para os leigos; ao contrário, seu objetivo deve ser trabalhar para que todos os membros da nossa sociedade passem a ter uma melhor compreensão, não só dos resultados da pesquisa científica, mas da própria natureza da atividade científica. A perspectiva mais distante, ainda que neste momento possa parecer utópica, é mudar a ciência de forma que ela possa finalmente diluir-se na democracia. (LÉVY-LEBLOND, 2006, p. 43)

BOURDIEU E A CIÊNCIA COMO CAMPO

A principal referência aqui trabalhada é o livro *Os usos sociais da ciência*, fruto de uma conferência proferida por Pierre Bourdieu no Instituto Nacional da Pesquisa Agrônômica (INRA), na França. É um trabalho que contribui muito para este desafio a que nos propomos, porque Bourdieu resgata conceitos consagrados de obras suas mais densas, posicionando-as ao meio científico. Recorremos a outra literatura do pensador francês em busca de algumas reflexões que preenchessem algumas lacunas, a fim de consolidar nossa análise – elas serão detalhadas ao final deste tópico.

Introdutoriamente, antecipamos que estabelecer conceitos sociológicos que possam definir a relação estabelecida pelos autores entre a ciência e a sociedade é uma tarefa longe de ser alcançada neste artigo. Por um lado, porque esses autores não posicionam sua conceituação em alguma corrente sociológica sobre a cultura ou sobre a ciência; por outro lado, e principalmente, pela óbvia limitação no acúmulo de leituras deste principiante pesquisador de mestrado. Algumas assertivas, entretanto, podem nos dar indícios que venham a clarear a questão, os quais serão desenvolvidos aqui, no alcance que este artigo pode se aventurar.

O primeiro passo de Bourdieu (2004) é situar sua teoria entre as correntes de pensamento. Há um lado, segundo o teórico, ligado ao pós-modernismo, que sustenta que “o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido, quer se trate de um texto filosófico, de um código jurídico ou de um poema” (BOURDIEU, 2004, p. 19). O outro lado, representado por correntes filiadas ao marxismo, “quer relacionar o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico” (Ibid., p. 19). Em se tratando da ciência, essas mesmas correntes se opõem, “prevalecendo o que descreve a ciência engendrando-se a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social” (Ibid., p. 20).

Bourdieu, porém, elaborou a noção de campo, que é um universo intermediado pelo conteúdo textual e pelo contexto social, “um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Ibid., p. 20). Assim pode ser chamado o campo literário, o artístico, o científico. “A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (Ibid., p. 20).

Sendo o campo, então, um microcosmo, ele sempre estará submetido ao macrocosmo, entretanto, usufrui, em relação a ele, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. Isto é, sendo a ciência um campo, ela não é considerada por Bourdieu, nem uma ciência totalmente submissa às imposições do meio socioeconômico, tampouco uma ciência livre de qualquer necessidade social. “E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou dos subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem” (Ibid., p. 21).

A autonomia de que um campo usufrui pode ser manifestada, por exemplo, em sua capacidade de refratar, que para Bourdieu é quando o campo retraduz sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas. “O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução” (Ibid., p. 22).

Ao existir e resistir entre a pressão exterior – do contexto socioeconômico e político – e sua própria constituição interna, todo campo (o científico, por exemplo) “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Ibid., p. 22-23). Ou seja, ao sofrer imposições exteriores, o campo científico se coloca em uma luta constante, em que sua conservação ou transformação depende do grau de autonomia, isto é, da capacidade de resistência.

Outro conceito clássico resgatado por Bourdieu nessa conferência se trata do capital simbólico. Este se caracteriza, segundo o campo em que se posiciona, como o reflexo imaterial na organização social da estrutura econômica. Neste caso, “o capital científico é uma espécie particular no capital simbólico que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (Ibid., p. 26). O acúmulo de tal crédito por determinado agente no interior do campo científico o posiciona ali de acordo com seu correspondente reconhecimento. Sob a mesma lógica, a capacidade de reconhecimento de uma instituição perante outra, a posiciona de forma correspondente, em relação à segunda, na estrutura de uma sociedade. Por fim, a capacidade de reconhecimento do campo científico na sociedade define sua capacidade de luta em relação à pressão exterior.

A obra bourdiana citada até agora esgotou sua contribuição em relação ao que podemos classificar como a posição do campo científico na sociedade. No percurso posterior, o filósofo se atém à estrutura interna do campo científico e às especificidades

do INRA, a instituição onde proferiu sua conferência, análises que não nos interessam neste espaço.

Para ajudar a dirimir, minimamente, esta lacuna, recorreremos a outra obra bourdiana: *A economia das trocas simbólicas*. Como se trata de uma produção ampla e complexa, buscamos em dois capítulos – estes são na verdade trabalhos publicados separadamente e depois reunidos no mesmo livro – pontos que podem acolher algumas reflexões neste artigo e nortear análises mais profundas no futuro.

No capítulo *Sistemas de ensino e sistemas de pensamento*, Bourdieu disserta, em um subcapítulo, a escola e sua integração cultural, quer dizer, uma sociologia do ensino que aborda “o que se poderia chamar ‘função de integração cultural’ (ou lógica) da instituição escolar” (BOURDIEU, 2005, p. 205). Comparando a cultura escolar com a cultura religiosa, o filósofo aponta que “a cultura escolar propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação” (Ibid., p. 205). Dessa forma, pode-se empreender, relacionando a outros campos, que cada um destes também propicia categorias de pensamento em comum que permitem a comunicação.

O que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns. Embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. (Ibid., p. 207)

Nota-se, evidentemente, que se repete aqui aquele conceito de campo de lutas, afinal é de acordo com sua capacidade de resistência ao macrocosmo estrutural da sociedade, que a cultura escolar estabelece seu conjunto de códigos que a separa do corpo social. Naturalmente, no caso da ciência também há um corpo comum de categorias de pensamento que age como ponte ou como obstáculo à comunicação. Eis um ingrediente importante a ser considerado nas reflexões sobre a divulgação científica.

O outro capítulo da mesma produção de Bourdieu (2005), *O mercado de bens simbólicos*, pode nos dar embasamento para solucionar, ao menos em parte, mais uma lacuna do nosso estudo. A princípio, Bourdieu (Ibid., p. 105) define que “o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de

produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos” (Ibid., p. 105). Isto é, para Bourdieu, a produção de bens culturais (bens simbólicos) na sociedade é estabelecida por instâncias que cumprem funções sociais, correlatas ao próprio sistema que divide economicamente a sociedade.

Dessa forma, o campo de produção cultural se estabelece, opostamente, em dois: o *campo de produção erudita*, que produz bens culturais destinados, ao menos em curto prazo, a um público de produtores de bens culturais; e o *campo da indústria cultural*, atribuído a produzir bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais, isto é, o “grande público”, que podem ser oriundos das frações não-intelectuais da classe dominante ou das demais classes sociais (Ibid., p. 105). Tal descrição é facilmente assimilada ao observarmos a circulação do capital cultural na sociedade contemporânea.

Não menos inteligível é associarmos a assertiva bourdiana ao campo científico, comportando-se este como um campo que produz bens simbólicos destinados a um público também produtor desses mesmos bens simbólicos: demais cientistas e acadêmicos. Ao “grande público” reserva-se o alcance a bens simbólicos que podem até ser oriundos da produção científica do campo científico, porém adaptados à produção em “larga escala”, de fácil apreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mais significativo nestas considerações não se trata de discutir se há a necessidade de divulgar a produção científica ou de melhorar qualitativamente essa divulgação. O importante, destarte, é tentar situar o conceito de cultura científica em uma perspectiva teórica – por ora, sociológica –, a fim de se ter um suporte para estudos posteriores sobre o tema.

Apontamos esta discussão final, rebuscando as três premissas apresentadas no início deste artigo. Quanto à primeira delas: a cultura científica é o estado de familiarização e compreensão do público para com a ciência? Dos autores que trabalham o termo, Porto e Vogt convergem positivamente. Já Lévy-Leblond descarta o aspecto da compreensão, privilegiando o ponto de vista da disputa de poder.

A cultura científica diz respeito não apenas à compreensão, mas também ao posicionamento crítico do público para com a ciência? Esta assertiva condiz com o

direcionamento dado por Lévy-Leblond a sua análise. Quanto a Porto e Vogt, os autores sustentam as duas perspectivas, linha que por vezes se mostra contraditória. Neste ponto, cabe uma discussão: a aparente contraditoriedade representa fragilidade teórica dos autores? Não depreendemos dessa forma. O que nos parece é que o conceito de cultura científica, nesses autores, circula por duas posições sem se estabelecer em uma delas, típico de uma formulação que vem sendo construída por diferentes pesquisadores, dos quais nenhum ainda se doou à tarefa de elaborar um postulado multidisciplinar e crucial sobre o tema.

As duas posições referidas refletem as duas primeiras assertivas que sugerimos, as quais, porém, agora reescrevemos:

- a) a cultura científica corresponde à compreensão da ciência por parte da população;
- b) a cultura científica é a relação entre o campo científico e a população, em uma troca de bens simbólicos sob influências do meio social.

Como dito, Vogt e Porto oscilam entre as duas posições, enquanto Lévy-Leblond se situa na segunda posição, ao defender que há um afastamento entre a ciência e o público, que só pode ser resolvido a partir da apropriação daquela por este.

É neste segundo aspecto que a cultura científica pode ser sustentada no norte teórico de Pierre Bourdieu, a partir dos conceitos de campo, de lutas e do grau de autonomia do campo. Considerando esta concepção, empreende-se que a divulgação científica não seja o instrumento capaz de influenciar, já que ela parte do interior do campo científico e este depende, como dito, de sua capacidade de retraduzir as pressões externas.

A terceira assertiva – a cultura científica pode ser fomentada pelas instituições? – acaba funcionando, então, como um reflexo de negação da segunda. Afinal, nas duas posições que discutimos sobre a relação da cultura científica com a sociedade, o resultado da oposição entre elas é exatamente a capacidade do campo científico em interferir na sociedade.

No primeiro caso, a divulgação científica pode contribuir para expandir a compreensão da ciência ao maior número de pessoas. No segundo ponto, entretanto, só a

reestruturação econômico social, envolvendo o campo científico, aparentemente pode dar um novo panorama à situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LÉVY-LEBLOND, Jean-Marc. **Cultura Científica**: impossível e necessária. In: VOGT, C (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Editora da USP, FAPESP, 2006.

PORTO, Cristiane de Magalhães. **Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica**. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T. **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador - BA: EDUFBA, 2011.

VOGT, Carlos. **Ciência, comunicação e cultura científica**. In: VOGT, C (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Editora da USP, FAPESP, 2006.

_____. **De ciências, divulgação, futebol e bem-estar cultural**. In: PORTO, C. M.; BROTAS, A. M. P.; BORTOLIERO, S. T(Org.). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. Salvador - BA: EDUFBA, 2011.